

Ofício nº 402/2025 – GP

Lagoa do Carro, 13 de novembro de 2025

À

Câmara Municipal de Lagoa do Carro – PE

A/C do Senhor Presidente

Assunto: Encaminha Projeto de Lei 050/2025 para apreciação.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho para apreciação dessa Casa Legislativa o Projeto de Lei que institui o Prêmio por Participação em Campanhas de Vacinação no âmbito do Município de Lagoa do Carro – PE, com natureza indenizatória, e dá outras providências.

Renovo, por fim, protestos de elevada estima e consideração

Atenciosamente,

JOSE LUIZ
ALVES DE
AMORIM:86162
624820

Assinado de forma
digital por JOSE LUIZ
ALVES DE
AMORIM:86162624820
Dados: 2025.11.13
12:03:37 -03'00'

JOSÉ LUIZ ALVES DE AMORIM

Prefeito do Município de Lagoa do Carro–PE

*Recelb: 13/11/2025
H: 12:33
Paula*

PROJETO DE LEI Nº 050/2025

EMENTA: Institui o Prêmio por Participação em Campanhas de Vacinação no âmbito do Município de LAGOA DO CARRO-PE, com natureza indenizatória, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Lagoa do Carro-PE, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, submete à apreciação da Câmara de Vereadores do Município o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º – Fica instituído, no âmbito do Município de LAGOA DO CARRO-PE, o Prêmio por Participação em Campanhas de Vacinação, de caráter indenizatório, eventual e não habitual, destinado aos servidores públicos efetivos, ocupantes de cargo em comissão e empregados públicos que atuem, fora de sua jornada regular de trabalho, nas campanhas nacionais, estaduais ou municipais de vacinação, realizadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - O prêmio de que trata esta Lei tem por finalidade indenizar e reconhecer a participação dos servidores em ações excepcionais de vacinação, realizadas em dias, horários ou turnos não compreendidos na sua jornada regular, como sábados, domingos, feriados ou após o expediente.

Art. 3º – São consideradas, para os efeitos desta Lei, campanhas de vacinação:

- I – Campanhas nacionais, estaduais e municipais oficialmente convocadas;
- II – Intensificação da vacinação em virtude de situação epidemiológica, surto ou emergência de saúde pública;
- III – Ações de bloqueio vacinal;
- IV – Ações de varredura, busca ativa ou monitoramento vacinal.

Art. 4º – Terão direito ao prêmio os servidores que participarem efetivamente das ações descritas no artigo 3º, exclusivamente quando realizadas fora do seu horário de trabalho habitual.

- I – A disponibilidade financeira e orçamentária do Município;
- II – A existência de recursos provenientes de repasses de custeio da União, do Estado de Pernambuco ou de outras fontes vinculadas à saúde pública.

§1º O valor poderá ser fixado por jornada específica ou proporcional às horas trabalhadas nas campanhas.

§2º O valor poderá ser diferenciado em razão do nível de escolaridade, responsabilidade técnica ou atribuição funcional dos servidores.

Art. 6º – O prêmio de que trata esta Lei:

- I – Tem natureza indenizatória, eventual e não habitual;

II – Não se incorpora à remuneração, aos vencimentos, aos proventos ou à aposentadoria dos servidores, nem serve de base de cálculo para quaisquer benefícios, vantagens ou encargos trabalhistas, previdenciários ou assistenciais;

III – Não substitui nem se confunde com o pagamento de horas extras, cuja aplicação permanece restrita às hipóteses legais e estatutárias específicas.

Art. 7º – A concessão do prêmio fica condicionada:

I – À convocação formal pela Secretaria Municipal de Saúde, ou à adesão voluntária do servidor devidamente homologada pela autoridade competente;

II – À comprovação da efetiva participação nas campanhas, mediante relatório ou declaração expedida pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 8º – Compete à Secretaria Municipal de Saúde:

I – Definir o quantitativo necessário de servidores para cada campanha;

II – Homologar a participação dos servidores;

III – Encaminhar à Secretaria de Administração e Finanças a relação dos servidores contemplados, com as informações necessárias para processamento e pagamento.

Art. 9º – As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, respeitada a legislação vigente, bem como a condição de repasses financeiros específicos da União, do Estado ou de outras fontes vinculadas à saúde pública.

Art. 10º – O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, mediante Decreto, especialmente para:

I – Definir os valores dos prêmios;

II – Estabelecer os critérios operacionais para participação e pagamento;

III – Determinar os procedimentos de controle, fiscalização e comprovação da efetiva atuação dos servidores.

Art. 11º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lagoa do Carro-PE, 10 de novembro de 2025

JOSE LUIZ ALVES DE
AMORIM:86162624820
4820

Assinado de forma digital
por JOSE LUIZ ALVES DE
AMORIM:86162624820
Dados: 2025.11.13
11:51:17 -03'00'

JOSÉ LUIZ ALVES DE AMORIM

Prefeito